

Sistema de governo dá nova dimensão a mandato, diz Covas

Janio de Freitas

A reforma que vem

O escolhido pelo presidente Sarney para o lugar do ministro Marco Maciel, na chefia do Gabinete Civil, não é o embaixador Rubens Ricúpeiro, como tem sido noticiado, mas José Reinaldo Tavares, hoje ministro dos Transportes. Esta substituição deverá iniciar o impulso na reforma ministerial planejada pela Presidência ainda para abril, segundo confidências do principal assessor de Sarney, Jorge Murad, aqui mencionadas há uma semana.

Mesmo a concordância do ministro Aureliano Chaves com o deputado Ulysses Guimarães, por ambos manifestada no fim-de-semana ao presidente, em torno da permanência de Dilson Funaro, mostra-se incapaz de mudar o tratamento de decisão consumada que o Planalto dá à substituição do ministro da Fazenda. Salvo imprevistos, o apoio duplo é tido como fator, quando muito, apenas de protelação da providência: o nome já escolhido, neste caso confirmando-se parte do noticiário, é Marçilio Marques Moreira, embaixador em Washington.

O preferido de Sarney para o Gabinete Civil é um dos seus mais íntimos amigos no governo. Foi ele o intermediário que levou André Lara Rezende e Pêrsio Arida a serem ouvidos pelo presidente, sobre a

situação econômica e as sugestões de ambos para a estabilização da economia. José Reinaldo Tavares integrou, no regime passado, o "grupo Andreazza". Como então diretor do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, cargo que teria acumulado com uma função hipotética mas bem remunerada no Banco Nacional de Habitação, trabalhou muito em favor da chapa que, pelo PDS, pretendia disputar com a de Tancredo Neves a sucessão de Figueiredo: para presidente, Mário Andreazza; para vice, José Sarney.

Um poço escuro

Os números apresentados pela direção da Petrobrás, para demonstrar o prejuízo diários de 4 a 5 milhões de dólares e assim justificar o aumento dos combustíveis, não levam à indicação daquelas perdas.

A Petrobrás está precisando enfrentar um pedido parlamentar de explicações. Além da razão já indicada, para revelar o montante dos seus gastos sem relação direta com as atividades a que se destina a empresa, como as fortunas dispendidas a título de relações públicas, publicidade e ajudas diversas. O montante preciso não é conhecido, mas as indicações são de que daria para cobrir muitos rombos.

Da Sucursal de Brasília

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), 56, afirmou ontem em seu gabinete, às 13h15, que a questão da duração do mandato do presidente José Sarney "ganha uma nova dimensão" em função do sistema de governo a ser definido na futura Constituição. A decisão do sistema de governo será formalizada pela subcomissão do Poder Executivo. Para os dois anos para Sarney, se for aprovado o parlamentarismo, este prazo poderá ser rediscutido.



Segundo o líder do PMDB, para quem o parlamentarismo é "no limite, a forma mais democrática de governo", a questão do mandato "se cruza" com a definição do sistema de governo. Covas afirmou que defende um "parlamentarismo mitigado", com o presidente da República acumulando maiores funções que somente as de chefe de Estado. E que, apesar de o parlamentarismo "exigir partidos fortes sua implantação pode servir como um instrumento que leve a este fortalecimento.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), 56, afirmou, às 15h10, que o debate sobre o parlamentarismo não deve ser "embrulhado" com a definição do mandato do presidente José Sarney.

Cardoso afirmou ainda ser contra "embrulhar o mandato com o regime", e defendeu uma definição do

futuro sistema de governo "não cástica". Para ele, mesmo no parlamentarismo o mandato de Sarney "não pode ser superior a cinco anos".

A questão do sistema de governo a ser definido pelo Congresso constituinte ainda não foi examinada pela cúpula peemedebista. Anteontem, em almoço com a imprensa, no restaurante Piantella, em Brasília, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara, defendeu um sistema presidencialista "com tempero" parlamentar.

Ou seja, o Congresso Nacional acumularia maiores poderes que atualmente.



O deputado Mário Covas, durante encontro com a imprensa no ano passado

Subcomissão não examina projeto sobre mandato

Da Sucursal de Brasília

Embora tenha recebido o apoio de 118 parlamentares, a subcomissão do Poder Executivo do Congresso constituinte ainda não examinou projeto de resolução apresentado pelo senador Afonso Carmargo (PMDB-PR) e pelo deputado federal Cesar Cals Neto (PDS-CE), prevendo que a subcomissão teria prazo até 15 de maio para definir o sistema de governo do país —presidencialista, parlamentarista ou misto— e a duração do mandato do presidente José Sarney.

A respeito desses temas, o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 70, já propôs a "adoção de temperos parlamentaristas no sistema presidencialista brasileiro". Ulysses, a exemplo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 55, defende um mandato de cinco anos. Já a maioria dos políticos pefelistas concordam com um período de cinco anos, embora o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, já se prepare para a eventualidade de ter que ser candidato à Presidência no próximo ano.

Sugestões

O deputado Mendes Ribeiro

PMDB-PR quer mandato de 4 anos

Da Sucursal de Curitiba

Os resultados parciais do plebiscito promovido pelo PMDB paranaense domingo e divulgados ontem, em Curitiba (PR), indicam que a grande maioria dos militantes de base é favorável à tese do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Apurados os votos de 87 dos

311 municípios do Estado, nos quais o PMDB tem diretórios, 75,4% se manifestaram a favor do mandato de quatro anos; 5,4% aprovaram o mandato de cinco anos e 6,2% concordaram com o mandato de seis anos (4,4% deram outras opiniões). Os 3.192 votos desses municípios representaram 22,8% dos catorze mil membros de diretórios municipais.

ANC 88
Pasta 16 a 23
Abril/87
004